

## REPORTAGEM ESPECIAL

# Juízes entregam denúncias contra o crime organizado

FOTOS: FÁBIO NUNES/AT

*“Se eu revelar o conteúdo, vou ter de fugir do País”, afirmou Alexandre Martins, durante a visita do ministro*

RODRIGO COUTO  
ALINE NUNES  
ELIANE PROSCHOLDT

Os juízes da 5ª Vara Criminal de Vitória entregaram ontem à alta cúpula do Ministério da Justiça um relatório com denúncias que afirmam ser contundentes, envolvendo pessoas conhecidas da sociedade capixaba ligadas ao crime organizado no Espírito Santo.

O conteúdo das informações foi considerado de caráter altamente perigoso pelo juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Ele e os juízes Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e Rubens José da Cruz estão andando com proteção da Polícia Rodoviária Federal, por terem sofrido ameaças de morte.

Alexandre Martins disse que cabe agora ao grupo de elite da Polícia Federal agir no caso, depois de conversar com o coordenador da missão especial, o delegado José Paulo Rubim.

“Não posso informar o que consta no relatório. Se eu revelar o conteúdo, vou ter de fugir do País. A minha vida está em jogo”, afirmou o juiz Alexandre Martins, após entregar os documentos ao ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ri-

beiro, através do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Celso Campilonga.

O secretário-executivo participou da comitiva do ministro Paulo de Tarso, que veio a Vitória para acompanhar os trabalhos da missão especial instalada pelo governo federal para combater o crime organizado no Espírito Santo.

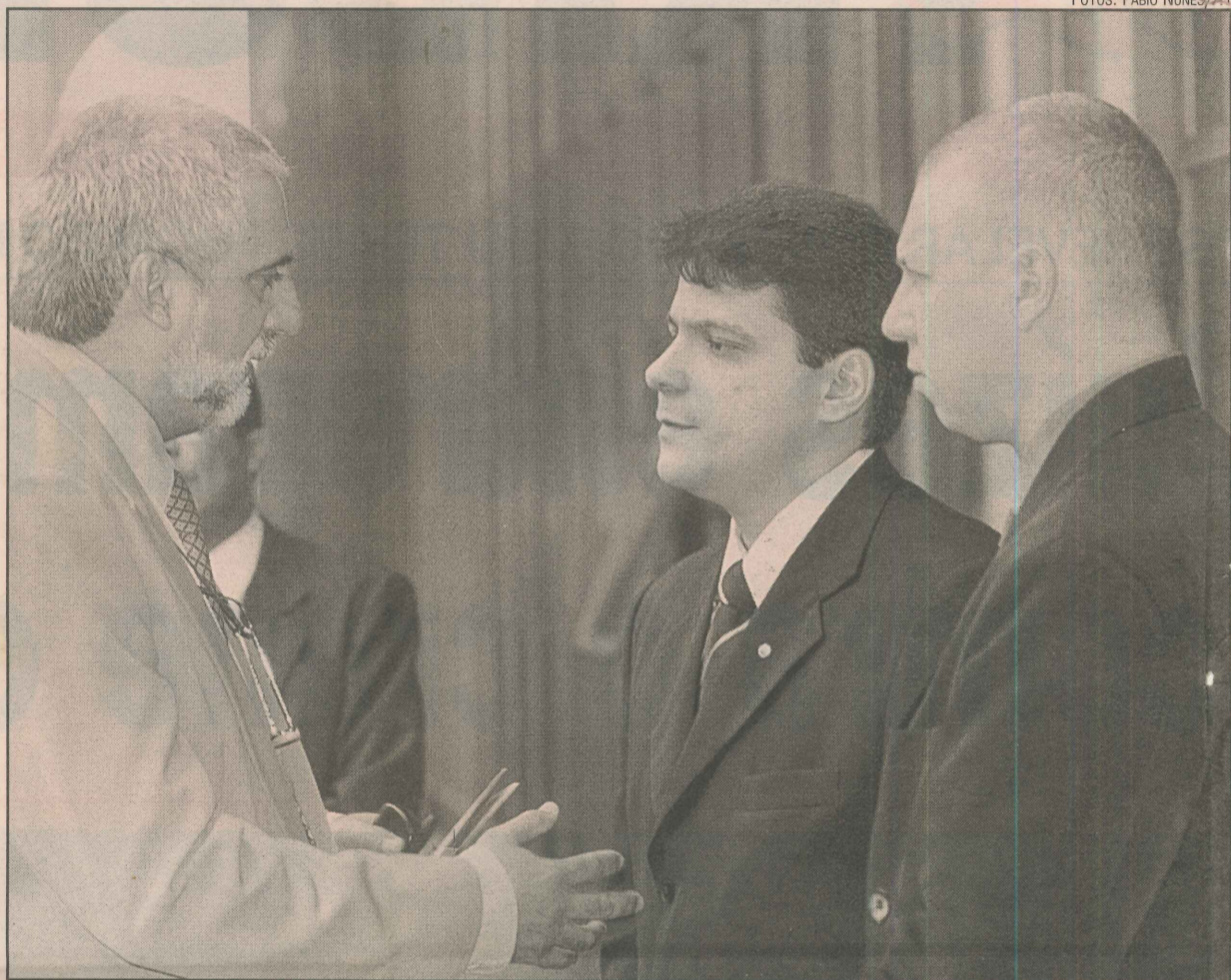
Paulo de Tarso veio ao Estado 15 dias após ter assumido o Ministério da Justiça, cargo antes ocupado por Miguel Reale Júnior – que se exonerou depois que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, arquivou o pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

Enquanto o ministro Paulo de Tarso concedia entrevista coletiva, os juízes Alexandre Martins e Carlos Eduardo Ribeiro Lemos passavam as informações ao secretário-executivo do ministério.

Eles fizeram uma reunião reservada e tomaram logo algumas providências por causa da gravidade das denúncias.

De acordo com o juiz Alexandre Martins, as informações foram escritas numa única folha.

“Mas é o suficiente para que a missão especial da Polícia Federal tome as providências.



O delegado José Rodrigues e os juízes Carlos Eduardo e Alexandre conversam sobre denúncias

É só ir lá e checar. Prefiro que eles divulguem o caso depois do resultado”, disse o juiz.

“Recebemos as denúncias e estamos trabalhando, e vamos passar para a missão especial”, informou o secretário-executivo Celso Campilonga.

## Mais de mil bandidos estão livres

Mais de 1,1 mil assassinos, traficantes de drogas, assaltantes e estupradores condenados pela Justiça do Estado estão circulando livremente pelo Espírito Santo sem que os mandados de prisão sejam cumpridos pela Polícia Civil.

A denúncia foi feita pelos juízes da 5ª Vara Criminal de Vitória, para onde vão os processos das pessoas condenadas pela Justiça.

Eles entregaram ontem aos representantes do ministro da Justiça, Paulo de Tarso, um relatório sobre a situação dos condenados no Estado e pediram que o grupo de elite da Polícia Federal seja acionado para cumprir os mandados de prisão.

“Como atuamos também como Vara de Execuções Penais, todas as pessoas condenadas passam por aqui. São pessoas que foram julgadas e deveriam estar presas, mas estão soltas. Isso gera impunidade”, afirmou o juiz



Paulo de Tarso: informado sobre mandados

Carlos Eduardo Ribeiro Lemos.

De acordo com os juízes, os condenados – são 1.164 – continuam agindo impunemente e cometendo outros crimes que poderiam estar sendo evitados se eles estivessem na cadeia.

Segundo o juiz Alexandre Martins de Castro Filho, a Secretaria de Estado de Segurança alega que falta estrutura para cumprir os mandados de prisão dos condenados.

“Os policiais têm até boa von-

tade, mas falta estrutura para que eles possam atuar”, disse o magistrado, afirmando que o Comando de Operações Táticas (COT) da Polícia Federal, que está no Espírito Santo, poderá ajudar na prisão dos condenados.

De acordo com os juízes, há casos de pessoas que foram condenadas desde 1996 e que até hoje não estão presas. “O processo pode prescrever se essas pessoas não forem presas e isso é um estímulo para a impunidade”, reagiu.

Segundo Alexandre Martins, é função do Estado encontrar meios para colocar os condenados na cadeia. “São pessoas perigosas que estão livres e alguma providência tem que ser tomada”, afirmou.

Ele explicou que os acusados são comunicados sobre as instâncias dos julgamentos, mas, depois de condenados, a Polícia Civil não consegue cumprir os mandados.

## Federal analisará pedido

Diante do pedido feito pelos juízes da 5ª Vara Criminal de Vitória, de que o grupo de elite da Polícia Federal cumpra os mais de 1,1 mil mandados de prisão existentes no Estado, a assessoria de imprensa da PF informou que essa decisão cabe ao coordenador da missão especial, delegado José Paulo Rodrigues.

Primeiro, o coordenador deve ser comunicado oficialmente sobre o pedido feito pelos juízes, para depois fazer uma avaliação.

O coordenador vai checar se o cumprimento desses mandados tem realmente ligação com o objetivo da missão especial, que é combater o crime organizado no Estado.

## Ribeiro garante cumprimento

O secretário de Estado de Segurança Pública, coronel Edson Ribeiro do Carmo, afirmou na tarde de ontem que os mandados de prisão estão sendo cumpridos no Espírito Santo.

Muitas prisões, segundo o coronel Ribeiro, ocorrem durante as blitzes que a polícia vem realizando em vários pontos estratégicos do Estado.

Durante as operações, de acordo com o secretário, os policiais são orientados a checar a documentação das pessoas suspeitas junto ao Centro de Operações da Polícia Militar (Copom), e também na Delegacia Interesta-

dual de Busca e Captura (Polinter).

Segundo o coronel Ribeiro, uma prova de que a polícia está cumprindo com o seu papel é o fato de o número de presos ter dobrado em relação ao ano de 1999.

“No final de 1999, havia 1,4 mil detentos nas cadeias do Estado. Hoje, são três mil presos”.

Para Ribeiro, o fato de haver mais de mil mandados que não foram cumpridos não significa que existem mil condenados fora da cadeia.

“O que quero dizer com isso é que uma pessoa pode ter 10 mandados de prisão contra ela”, explicou.